Eventos extremos, pressão econômica e novos riscos desafiam modelos tradicionais de seguros e aproximam os dois países numa agenda internacional focada em resiliência, inovação e cooperação técnica

O avanço das mudanças climáticas coloca Brasil e Portugal diante de um desafio comum: fortalecer mecanismos de proteção capazes de reduzir vulnerabilidades sociais, econômicas e produtivas num cenário marcado pela intensificação dos eventos extremos. Nesse contexto, o setor segurador passou a ocupar um papel estratégico no debate internacional sobre resiliência, adaptação climática e sustentabilidade financeira.

Enchentes, secas prolongadas, incêndios florestais e tempestades têm provocado impactos cada vez mais severos nas duas economias, atingindo sobretudo populações vulneráveis, infraestruturas e cadeias produtivas ligadas ao agronegócio. Ao mesmo tempo, a escalada desses eventos expõe os limites dos modelos tradicionais de gestão de risco e amplia a necessidade de soluções mais integradas, inovadoras e sustentáveis.

É neste cenário que ganha relevância a atuação internacional da CNseg, que vem ampliando o diálogo com mercados globais para trocar experiências sobre mitigação de riscos, adaptação climática e desenvolvimento de instrumentos de proteção financeira. A estratégia reforça a percepção de que os impactos das alterações climáticas deixaram de ser um desafio regional para se tornarem um tema sistêmico, com consequências globais.

Mais do que acompanhar a agenda internacional, o mercado segurador brasileiro passou a atuar como participante ativo na construção de soluções globais para adaptação climática e resiliência econômica. A aproximação com Portugal tornou-se um dos eixos prioritários dessa estratégia, sobretudo pela semelhança dos desafios enfrentados pelos dois países.

A articulação entre os dois países começou a ganhar força durante a COP29, realizada em Baku, no Azerbaijão. Foi naquele encontro que começou a ser desenhada uma agenda conjunta entre as entidades seguradoras brasileira e portuguesa, culminando, no ano seguinte, no primeiro encontro oficial entre os mercados. Agora, a parceria ganha uma nova dimensão internacional: na COP31, que será realizada na Turquia, Brasil e Portugal voltam a unir forças para defender o papel estratégico do setor segurador no combate às emergências climáticas e na construção de mecanismos de proteção mais resilientes.

Com esse objetivo, a CNseg e o Grupo Fidelidade promovem, em junho deste ano, o Fórum Brasil–Portugal de Seguros, iniciativa apoiada pela Associação Portuguesa de Seguradores (APS). O encontro foi concebido para aproximar lideranças do setor, fomentar cooperação técnica e impulsionar soluções conjuntas para riscos emergentes que desafiam seguradoras, governos e mercados.

A aproximação entre as entidades não é recente. Em 2025, os dois mercados já haviam realizado debates estratégicos sobre os impactos das mudanças climáticas e os riscos crescentes de uma crise de segurabilidade, em um momento em que Brasil e Portugal enfrentavam eventos extremos de elevada severidade.

No Brasil, 2025 foi marcado por enchentes, estiagens, ondas de calor, tempestades severas, granizo, tornados e incêndios florestais, afetando mais de 336 mil pessoas e provocando prejuízos econômicos estimados em R$ 3,9 bilhões. Segundo o Radar de Eventos Climáticos e Seguros, da CNseg, apenas no primeiro semestre daquele ano as perdas associadas às alterações climáticas chegaram a R$ 31 bilhões.

Portugal também enfrentou episódios climáticos severos. De acordo com dados da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), o país registou o mês de maio mais chuvoso dos últimos 50 anos, seguido por períodos de calor extremo que elevaram significativamente o risco de incêndios

florestais.

Novos modelos

Os impactos econômicos desses fenômenos têm provocado uma mudança estrutural na forma como o setor segurador analisa riscos e projeta o futuro. Modelos estatísticos historicamente baseados em dados passados começam a perder eficácia diante de uma realidade climática mais instável e imprevisível.

Para Dyogo Oliveira, presidente da CNseg, os modelos tradicionais de análise de risco já não respondem adequadamente à nova dinâmica climática. “As mudanças climáticas não estão apenas elevando o volume de indemnizações pagas pelo setor de seguros, mas transformando a própria essência da atividade seguradora”, afirma.

Segundo ele, o maior desafio para os próximos anos será rever os modelos de avaliação de risco, historicamente baseados em estatísticas passadas. “A realidade atual já não se comporta como no passado. Portanto, olhar apenas para os dados históricos deixou de ser suficiente para avaliar o risco futuro”, diz.

Os reflexos dessa transformação já são percebidos em segmentos considerados estratégicos para a economia, como o seguro rural. Nos últimos anos, o setor enfrentou dificuldades crescentes de precificação e uma redução expressiva da área segurada. O Brasil chegou a ter cerca de 13,7 milhões de hectares protegidos por seguro rural, mas o número recuou para pouco mais de 3 milhões de hectares em 2025 - o equivalente a apenas 3,3% da área plantada do país.

A retração está diretamente relacionada à redução da subvenção federal destinada a apoiar pequenos e médios produtores rurais. O cenário acendeu um alerta sobre a necessidade de ampliar mecanismos de proteção financeira para o agronegócio, setor particularmente exposto aos impactos das alterações climáticas.

A experiência internacional tem demonstrado que o enfrentamento desses desafios exige mecanismos inovadores de proteção e maior participação coordenada entre setor privado e poder público. Alguns países já implementaram modelos que despertam interesse entre especialistas dos mercados brasileiro e português.

Na Turquia, por exemplo, o seguro contra desastres naturais é incluído diretamente na conta de energia elétrica. No México, estados apenas têm acesso a apoio federal em caso de desastre se possuírem seguros para infraestruturas públicas. Para especialistas do setor, essas experiências demonstram que a ampliação da proteção climática pode passar por uma combinação de obrigatoriedade, incentivos públicos e inovação nos modelos de distribuição.

No Brasil, a CNseg também discute com o Legislativo e o Executivo propostas relacionadas à criação de um Seguro Social de Catástrofe, tema que vem ganhando espaço nas discussões sobre proteção social e resiliência econômica.

Paralelamente, o setor segurador europeu tem ampliado investimentos em inteligência climática, modelagem de riscos e pesquisa aplicada. O Grupo Fidelidade criou um centro de estudos voltado para a análise de riscos físicos associados às alterações climáticas, cruzando dados sobre incêndios, ondas de calor, precipitações intensas e subida do nível do mar com impactos socioeconômicos em diferentes regiões.

A iniciativa conta com apoio de universidades e centros de pesquisa e busca produzir conhecimento aplicável para governos, seguradoras e sociedade. O objetivo é ampliar a capacidade de antecipação de riscos e permitir decisões mais informadas sobre prevenção, adaptação e proteção financeira.

A lógica por trás dessa atuação internacional é clara: os impactos dos eventos climáticos não

respeitam fronteiras e exigem respostas coordenadas entre mercados, governos e instituições multilaterais. Em momentos de elevada instabilidade global, a troca de conhecimento sobre mitigação de riscos e mecanismos de proteção torna-se estratégica não apenas para o setor segurador, mas para a estabilidade das próprias economias.

Os debates do Fórum Brasil–Portugal refletem precisamente essa necessidade de integração entre conhecimento técnico, inovação e cooperação internacional. Entre os temas centrais do encontro estão adaptação climática e resiliência, uso estratégico de dados e inteligência climática e proteção do agronegócio no contexto das alterações climáticas.

As discussões também abordam a necessidade de novos modelos de partilha de riscos que integrem seguradoras, governos, bancos de desenvolvimento e mercados de capitais, ampliando a capacidade de resposta diante de eventos catastróficos e contribuindo para maior estabilidade econômica em cenários de elevada incerteza global.

Mais do que um espaço de debate institucional, a aproximação entre Brasil e Portugal reforça a importância da cooperação internacional na construção de soluções para riscos cada vez mais complexos e interligados. Em um mundo marcado pela pressão climática, insegurança econômica e desafios sistémicos, a troca de conhecimento entre mercados seguradores tornou-se parte essencial da agenda global de resiliência e proteção das sociedades.

Fonte: CNseg, em 02.06.2026